



Bruno Neves,
*e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e
Planeamento Regional, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa*
brunomaneves@fcsh.unl.pt

Maria José Roxo,
*e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e
Planeamento Regional, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa*
mj.roxo@iol.pt

A percepção de desertificação em Portugal: análise comparativa de inquéritos e notícias

Recursos Naturais e Ordenamento do Território

Resumo

A Desertificação e as Secas têm vindo a afectar cada vez mais os países europeus do Mediterrâneo Norte, em particular, Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Turquia, o que se traduz em consequências ambientais, económicas e sociais graves para a sociedade e o território. A Organização das Nações Unidas, desde cedo definiu como prioridade a disseminação de informação sobre desertificação através da Comunicação Social, objectivo que em Portugal está longe de ser concretizado devido à apropriação do conceito de desertificação como sinónimo de despovoamento. Neste sentido é importante saber qual o conhecimento da sociedade, em Portugal, sobre o fenómeno, e até que ponto a informação que é transmitida através da Comunicação Social influencia a mesma. Para cumprir este objectivo foi feito um inquérito por questionário e um levantamento de notícias sobre o tema, e posterior síntese comparativa entre ambos os levantamentos. Esta análise pretende comprovar que em Portugal, com base na metodologia utilizada, a sociedade tem na sua maioria uma ideia desvirtuada sobre o que é efectivamente desertificação, e dar a conhecer ao que é actualmente este conceito associado.

Palavras-Chave

Percepção de Desertificação, Inquéritos por questionário, Notícias

1. Introdução

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a desertificação afecta actualmente mais de 1/3 da superfície terrestre e mais de 1/5 da população mundial, sendo um dos processos de degradação ambiental mais preocupantes à escala global.

Em África distinguem-se três regiões afectadas pela desertificação: o Nordeste Africano (Corno de África), o Sudeste Africano e a região do Sahel. Nestas regiões, as secas e a escassez de água resultam na degradação dos ecossistemas, fome, e consequentemente em problemas de saúde para as populações (Ecosystems and Human Well-being: Desertification Synthesis, 2005).

O Sahel caracteriza-se por ser uma região estreita que se localiza entre os 12°N e os 18°N de latitude (Cook, 2007) em que as secas mais significativas datam de 1911 e 1940. Em 1968 a seca voltou a afectar esta região por um período que se alongou até 1973 (designada por “grande seca”), data à qual toda esta região estava já em situação de catástrofe, tendo sido os países mais afectados o Burkina Faso, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal. Países bastante pobres e em desenvolvimento e cuja situação se agravou com esta seca, devido à economia destes países ter na sua base a agricultura e a criação de gado (Hare et al, 1992).

Em 1968, a seca trouxe como consequência a perda de solos agrícolas, a perda de pastagens, de vegetação arbustiva e arbórea, e ainda de gado. A redução das reservas de água, causada pela seca, levou ao colapso da economia no Burkina Faso, Chade, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal. Em 1971 esgotaram as reservas alimentares da região, o que originou uma situação de fome generalizada em 1972 (Hare et al, 1992).

Esta situação de crise generalizada deu origem a uma intensificação de movimentos migratórios, que se iniciaram em 1972, quer para Norte, quer para Sul, em busca de alimentos e cuidados médicos, o que resultou na criação de diversos campos de refugiados (Hare et al, 1992). De acordo com Hare et al (1992) e Cook (2007), esta seca causou entre 100000 e 250000 vítimas mortais, sendo que parte ocorreu durante as migrações.

Os movimentos migratórios chamaram a atenção de diversas organizações internacionais, entre as quais a ONU, que tinha como objectivo tentar travar as mortes devido à fome e às doenças. Neste sentido, a ONU organizou um programa de ajuda internacional aos países afectados em cujas doações, quer em moeda quer em géneros, totalizaram em 1974 aproximadamente 200 milhões de dólares. Em Dezembro desse mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas agendou uma conferência para 1977 em que ficaram estabelecidos os seguintes objectivos: (i) a elaboração de um mapa mundial de áreas susceptíveis à desertificação, (ii) recolha de toda a informação existente referente a desertificação, para posterior realização de estudos diversos, (iii) e a elaboração de um Plano de Acção de Combate à Desertificação (Hare et al, 1992).

A conferência agendada em Dezembro de 1974 teve lugar em Nairobi, no Quénia, entre os dias 29 de Agosto e 9 de Setembro de 1977. Este evento foi designado por Conferência das Nações Unidas para a Desertificação, de onde se destaca a adopção do Plano de Acção de Combate à Desertificação (UNCOD, 1978).

Apesar da tomada de consciência pela comunidade internacional em como a desertificação é, sem dúvida, um problema ambiental, económico e social à escala global, em 1991, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) concluiu que apesar dos esforços e de alguns casos de sucesso à escala local, o problema da degradação dos solos tinha

aumentado nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas. A abordagem a este problema passou a ser feita de forma integrada, atendendo aos aspectos ambiental, económico e social, incitando ao desenvolvimento sustentável (UNCCD, 2009a).

Um ano mais tarde, de 3 a 14 de Junho de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como Cimeira da Terra, viria a adoptar o desenvolvimento sustentável como mote para o evento. Uma das preocupações desta Cimeira foi precisamente a de tentar encontrar solução para travar o avanço da desertificação, levando à criação de um Comité Intergovernamental para a Negociação da Convenção de Combate à Desertificação (INCD), pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O INCD teria agora como tarefa a preparação de uma Convenção de Combate à Desertificação a ocorrer em Junho de 1994 (UNCCD, 2009a), que viria a ser adoptada a 22 de Dezembro pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução 47/188 (UNCCD, 1994).

2. A Desertificação em Portugal

2.1. A Assinatura da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

Da preocupação com o aumento das zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas e da necessidade de se encontrarem medidas para travar o avanço da desertificação, tem lugar em Paris, França, a conferência organizada no seguimento da Cimeira da Terra, entre os dias 6 e 17 de Junho de 1994. O evento foi designado por Comité Intergovernamental de Negociação para a Elaboração de uma Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Secas Graves e/ou Desertificação, em Particular em África (UNCCD, 1994).

O último dia da conferência marcou a adopção da actualmente designada por Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), que viria a ser assinada nesse mesmo ano, entre os dias 14 e 15 de Outubro para, posteriormente, vir a ser ratificada. Nestes dois dias a Convenção recebeu assinaturas de 115 países (UNCCD, 2008a). Portugal é país signatário da UNCCD desde o dia 14 de Outubro de 1994 (UNCCD, 2008b). A assinatura da UNCCD veio aumentar a consciencialização e relevância em torno do problema da desertificação, uma vez que trouxe consigo responsabilidades e obrigações a nível governamental, nomeadamente a elaboração de um Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação e uma Carta de Susceptibilidade à Desertificação.

Nesta Convenção foram ainda definidos diversos conceitos, entre os quais se salienta o de desertificação, que deve ser entendido como *“a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas”*.

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação entrou em vigor a 26 de Dezembro de 1996, da qual fazem actualmente parte 193 países¹ (UNCCD, 2009b), que se dividem em cinco Anexos Regionais: Anexo I – África; Anexo II – Ásia; Anexo III – América Latina e Caraíbas; Anexo IV – Mediterrâneo Norte; Anexo V – Europa Central e de Leste (United Nations, 1994).

¹ Em Agosto de 2009

2.1.1. O Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação (2006)

Os sucessivos eventos e reuniões que tiveram lugar após a entrada em vigor da CNUCD, de acordo com a ONU, não foram suficientes para concretizar um dos objectivos mais importantes, o de sensibilizar a sociedade sobre as consequências da desertificação (United Nations, 2005). Com o propósito de passar esta mensagem, em 2003, a ONU, através do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Ambiente decidiu que o ano de 2006 viria a ser o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação (United Nations, 2004), sendo um dos principais objectivos passar a mensagem de que a desertificação é uma ameaça para a humanidade, juntamente com as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade (UNCCD, 2006).

Com a desertificação na agenda ambiental internacional, através da comemoração do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, a CNUCD esperava atingir os seguintes objectivos (i) implementar a Convenção de Combate à Desertificação a longo prazo, através de eventos à escala local, nacional e internacional; (ii) alertar para as implicações da desertificação; (iii) trabalhar em rede com todas as partes interessadas (*stakeholders*); (iv) fazer a disseminação da informação produzida pela CNUCD, focada nas actividades humanas potenciais causadoras de desertificação a diferentes escalas, mas com repercussões globais (United Nations, 2005).

Para cumprir estes quatro grandes objectivos, a CNUCD criou um sítio na Internet alusivo ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, no final de 2006, que viria a servir de base de dados para jornalistas com formação em Ambiente, de modo a que estes compreendessem, e dessem a conhecer aos representantes governamentais, Organizações Não-Governamentais e ao público em geral, o que é a desertificação, os seus impactes e importância à escala global (United Nations, 2005).

2.2. O Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação assume um papel importante para Portugal, integrando o país no Anexo Regional IV – Mediterrâneo Norte, em cujas características destes países são semelhantes, salientando-se o elevado grau de degradação dos ecossistemas e recursos naturais (Diário da República, 1999).

Portugal, como foi anteriormente mencionado, passou a ter obrigações no âmbito da CNUCD, designadamente a elaboração de um Plano da Acção Nacional de Combate à Desertificação, envolvendo todas as partes interessadas, no âmbito do planeamento estratégico, incitando ao desenvolvimento sustentável, pretendendo: *“orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral”*. O PANCD para Portugal foi aprovado a 17 de Junho de 1999, através da Resolução do Conselho de Ministros nº69/99, publicado em Diário da República nº 158/99, série I-B, de 09 de Julho de 1999, (Diário da República, 1999).

Com o ser humano no centro das suas preocupações, o PANCD propõe-se a adoptar atitudes de prevenção de degradação dos recursos naturais e aplicação de normas inseridas em cinco grandes Eixos de intervenção e linhas de acção:

- *Conservação do solo e da água;*

- *Fixação da população activa nos meios rurais;*
- *Recuperação das áreas afectadas;*
- *Sensibilização da população para a problemática da desertificação;*
- *Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais sectoriais.*

O cumprimento dos referidos eixos de intervenção e linhas de acção passa pelo desenvolvimento de parcerias a diferentes escalas. À escala nacional as parcerias são desenvolvidas entre os Órgãos da Administração e Organizações Não-Governamentais, de forma a envolver directamente as populações afectadas na abordagem ao tema e na procura de soluções para cada caso concreto. Estas parcerias devem assentar numa estrutura de inter-relações de coordenação entre o PANCD em articulação com os procedimentos da CNUCD, para a produção de indicadores quantitativos e qualitativos, monitorização e avaliação das medidas de combate à desertificação, interligando ainda o Observatório Nacional da Desertificação e a Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação (Diário da República, 1999).

À escala internacional, pretende-se não só que Portugal estabeleça contactos com os restantes países do Anexo Regional IV, mas também com os restantes Anexos Regionais, sendo dada prioridade ao Anexo I – África, nomeadamente os Países do Magrebe, e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Devem também ser tidas em consideração as inter-relações entre os procedimentos da aplicação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e os procedimentos das Convenções para Conservação da Biodiversidade e Alterações Climáticas, bem como o processo do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (Diário da República, 1999).

2.3. A desertificação nos Planos Regionais de Ordenamento do Território

A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano ciente de que a desertificação estava cada vez mais associada à biodiversidade e às mudanças climáticas, e das suas implicações físicas e humanas sobre o território, considerou importante mitigar os efeitos climáticos, considerando que as actividades humanas devem ser ajustadas de modo sustentado ao território, e sendo a desertificação um problema territorial, este tema foi considerado importante no desenvolvimento dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (DGOTDU, 2006).

Neste sentido a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano propôs à Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação a elaboração de um documento de orientação à elaboração dos PROT, considerando a desertificação nas novas estratégias de desenvolvimento regional das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regionais (DGOTDU, 2006).

No documento de orientação ficou explícito que os PROT devem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada território, atendendo aos objectivos específicos e eixos de intervenção e linhas de acção do PANCD, integrando os indicadores de desertificação, universalmente aceites pelo Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), e que os mesmos permitam identificar as áreas de intervenção afectadas pela desertificação e seus impactes sobre as populações, recursos naturais e no território (DGOTDU, 2006).

Destas orientações e do projecto DISMED – Desertification Information System to support National Action Programmes in the Mediterranean, no âmbito dos programas de cooperação

inter-regional da CNUCD, resultou em 2003, a Carta de Susceptibilidade à Desertificação para Portugal Continental (Figura 01) adoptada pela CNC-PANCD. Esta Carta foi baseada em quatro índices: (1) Índice de Qualidade do Clima/Índice de Aridez; (2) Índice de Qualidade do Solo/Índice de Susceptibilidade dos Solos; (3) Índice de Qualidade da Vegetação; (4) Índice de Qualidade de Uso do Solo (DGOTDU, 2006).

A Carta de Susceptibilidade à Desertificação para Portugal Continental permitiu concluir que 36% do território continental estava susceptível à desertificação e que os restantes 64%, apesar de diferentes condições climáticas, apresentam solos com elevada e muito elevada susceptibilidade à desertificação (DGOTDU, 2006).

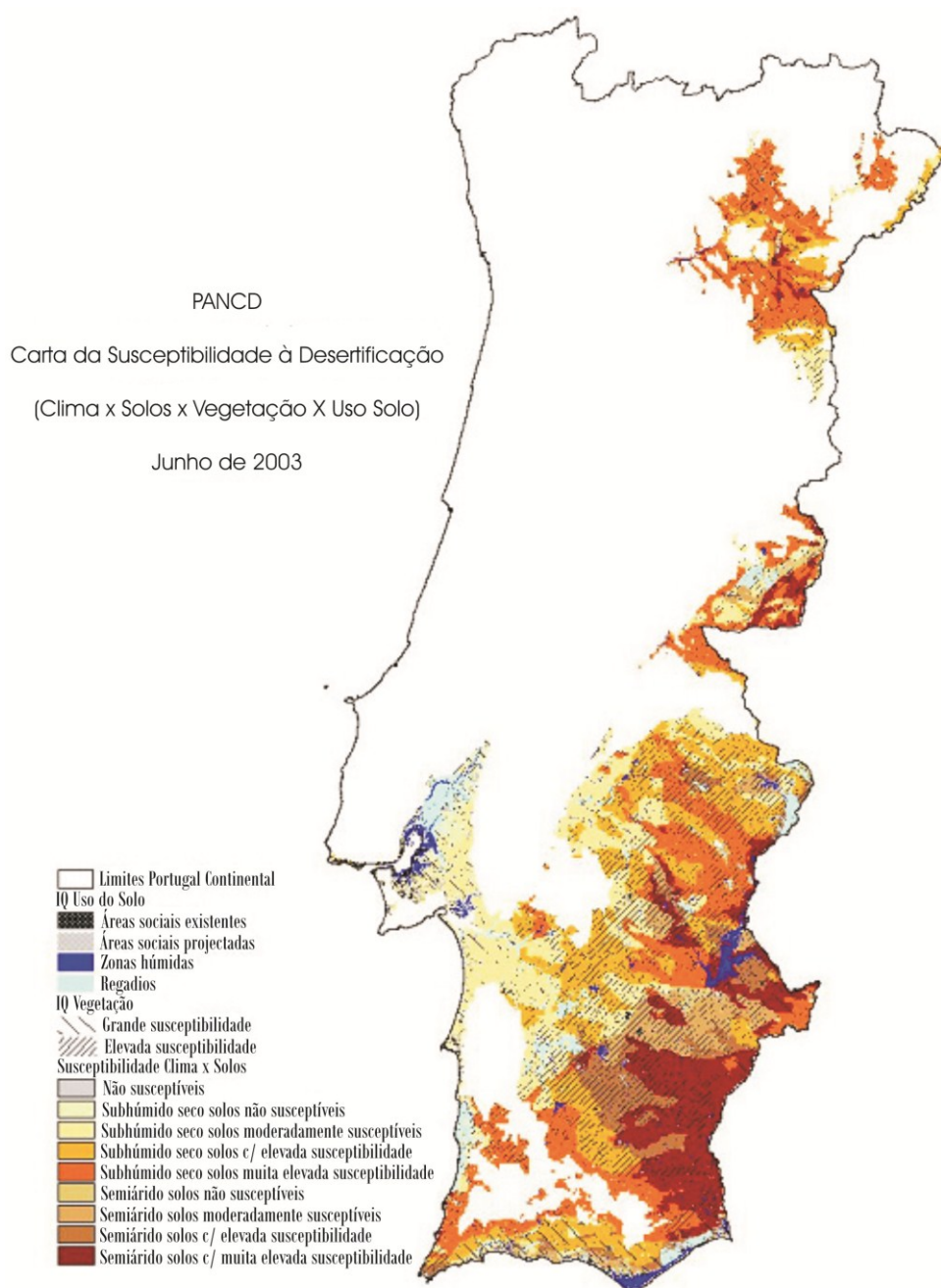


Figura 01 – Carta de Susceptibilidade à Desertificação em Portugal Continental

Fonte: DGOTDU, 2006

2.4. O Observatório Nacional da Desertificação

Portugal pretendendo cumprir os objectivos estratégicos a que se propôs aquando da elaboração do Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação, de 1999, estabelecendo a criação do Observatório Nacional da Desertificação como órgão de apoio à Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, viu a 17 de Junho de 2010 a aprovação em Diário da República da constituição do Observatório Nacional da Desertificação (Diário da República, 2010).

É esperado que o OND desempenhe funções no âmbito do acompanhamento e avaliação de medidas e de instrumentos de política e monitorização do impacte das acções sobre recursos naturais e o território, concretizável, através da criação e aplicação de procedimentos considerados adequados a uma análise evolutiva através de indicadores quantitativos e qualitativos (Diário da República, 2010).

Sendo a desertificação uma prioridade das políticas de desenvolvimento rural, considerando que este ano marca o início da Década das Nações Unidas para os Desertos e o Combate à Desertificação e atendendo ainda ao cumprimento dos objectivos a que se propõe, o OND tem a incumbência das seguintes funções:

- *Proceder à monitorização e desenvolvimento do sistema de informação baseado nos indicadores biofísicos, sociais e económicos da desertificação em Portugal, devendo para o efeito ser disponibilizado um sítio digital na Internet;*
- *Apoiar e acompanhar estudos e projectos de investigação científica nacionais e internacionais relacionados com o combate à desertificação;*
- *Promover a publicação digital de estudos, relatórios e resultados de projectos de investigação científica;*
- *Apoiar e coordenar a cooperação técnica internacional no âmbito do combate à desertificação, designadamente no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);*
- *Assegurar a articulação institucional de Portugal com a Comissão Europeia, Nações Unidas (FAO e UNCCD) e com os países do arco mediterrâneo, bem como com outros organismos congéneres;*
- *Apoiar a CNCCD no processo de revisão do PANCD, no contexto da Estratégia Decenal 2008-2018 para a Convenção de Combate à Desertificação das Parte de Madrid (COP8). Esta tarefa é prioritária no quadro das atribuições do OND, devendo estar concluída até Junho de 2011.*

O cumprimento das referidas funções está sob a dependência directa do Presidente da Autoridade Florestal Nacional (Diário da República, 2010).

3. Objectivos

A ONU, como referido anteriormente, desde cedo considerou importante e como objectivo a atingir, a disseminação e sensibilização da sociedade sobre o que é a desertificação e quais as suas consequências. Este objectivo manteve-se aquando da preparação do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação e esteve implícito, mais recentemente, nas metas a cumprir pelo Observatório Nacional para a Desertificação.

Neste sentido considerou-se importante saber o que a sociedade em Portugal entende por desertificação e que tipo de informação é difundida pela comunicação social através de inquéritos por questionário e da análise de notícias.

4. Metodologia

4.1. Inquéritos por questionário sobre Desertificação em Portugal

A elaboração de um inquérito por questionário teve como finalidade saber qual a percepção da sociedade sobre a desertificação e fazer uma posterior comparação com a informação recolhida através do levantamento de notícias.

O inquérito por questionário foi dividido em duas partes, uma com informação de carácter pessoal que, de forma anónima, permitiu fazer uma breve caracterização do inquirido, e uma segunda parte com questões relacionadas com o tema da desertificação, permitindo saber que conhecimentos o inquirido tem sobre o tema.

4.2. Levantamento de notícias sobre Desertificação em Portugal

Com o objectivo de saber que informação é transmitida pela comunicação social, foi feito um levantamento de notícias no motor de busca Google News, o qual permitiu recolher informação entre 2001 a 2009. O levantamento de notícias foi feito recorrendo à opção “arquivos”, de onde foram seleccionadas apenas as notícias de fontes de informação nacionais, sendo posteriormente compilada e analisada toda a informação numa base de dados. A informação referente à localização das áreas afectadas pela desertificação, mencionada nas notícias, foi tratada numa base de dados geográfica em software ESRI.

5. A percepção de desertificação em Portugal

5.1. Inquéritos por questionário sobre Desertificação em Portugal

A elaboração de um inquérito por questionário teve como objectivo compreender o que a sociedade, de uma forma geral, sabe sobre o tema da desertificação. Com este objectivo, foram efectuados 526 inquéritos (pessoalmente e *Online*) entre Março e Julho de 2009.

Numa primeira parte, com questões de carácter pessoal, de forma a permitir fazer uma caracterização do inquirido, foram efectuadas cinco perguntas relacionadas com a área de residência, género, idade, nível de escolaridade e profissão/formação.

Para a primeira questão, relacionada com a área de residência dos inquiridos, o que se verificou foi que apesar de distribuídas por todo o país (Continente e Ilhas), a maior concentração de respostas (superior a 50%), teve lugar na Área Metropolitana de Lisboa. O concelho onde foram obtidas mais respostas foi Lisboa, seguindo-se os concelhos de Sintra, Cascais, Amadora, Almada, Loures, Oeiras e Vila Franca de Xira. Os concelhos de Évora e Vila Real registaram um número de respostas também elevado (Figura 02).

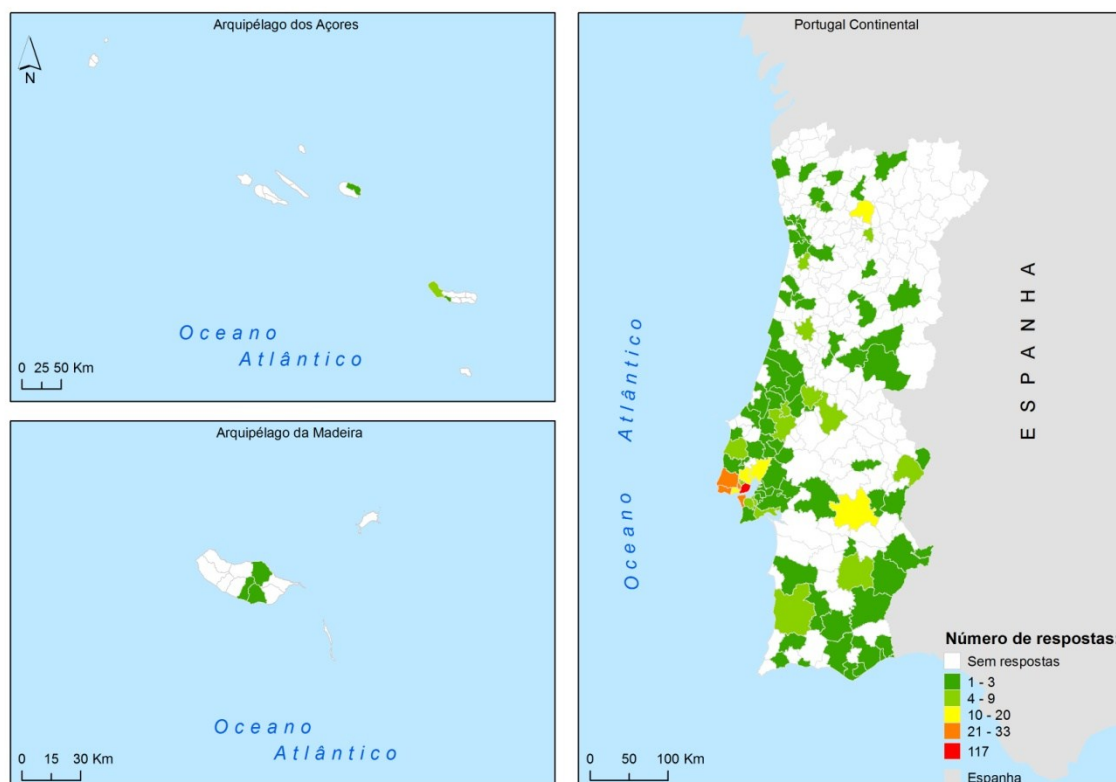


Figura 02 – Distribuição espacial do número de respostas por concelho de área de residência

A questão relacionada com o género permitiu aferir que maioritariamente o inquérito foi respondido por pessoas do sexo feminino (55,7%) e na questão seguinte, relacionada com a idade, verificou-se que a maioria das pessoas que respondeu ao inquérito tem idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos de idade.

O facto de 77,5% das respostas terem sido dadas por pessoas que ou frequentam o ensino superior ou têm um grau académico no ensino superior tem uma elevada correlação com a idade e é também explicado pela relação com as respostas dadas *Online*.

Quadro 01 – Relação entre a estrutura etária e o grau de escolaridade dos inquiridos

Idade	Grau de escolaridade								Total
	1º Ciclo Ensino Básico	2º Ciclo Ensino Básico	3º Ciclo Ensino Básico	Frequenta o Ensino Sec.	12º Ano Comp.	Freq. Ensino Superior	Ensino Superior	Ensino Profissional	
<18	0	4	8	2	0	0	0	0	14
18-25	0	0	4	7	7	99	75	0	192
26-35	1	0	3	6	23	15	114	4	166
36-45	0	1	5	7	16	11	45	2	87
46-55	3	2	4	1	12	2	24	1	49
56-65	2	1	1	0	0	2	4	1	11
>65	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	6	8	25	23	59	129	262	8	20

Em relação à profissão dos inquiridos, devido ao elevado número e diversidade de profissões, optou-se por fazer o agrupamento das profissões, de acordo com nove Grandes Grupos de Profissões do Instituto do Emprego e Formação Profissional, o que permitiu concluir que 63,7% dos inquiridos tem profissões correspondentes aos Grande Grupos 2 (Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas) e 3 (Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio).

Quadro 02 – Inquiridos empregados por Grandes Grupos de Profissões, classificados de acordo com o IEFP

Grandes Grupos de Profissões	N	%
1 Quadros Superiores da Administração pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	0	0
2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	111	35
3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	91	28,7
4 Pessoal Administrativo e Similares	36	11,4
5 Pessoal dos Serviços e Vendedores	48	15,1
6 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	0,3
7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	5	1,6
8 Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	6	1,9
Trabalhadores não Qualificados	19	6
Total	317	100

Elaborada a breve caracterização da amostra, foi iniciada a segunda parte do inquérito já com questões direccionadas para o tema. Neste sentido importava saber se o inquirido tinha conhecimento sobre o tema, sendo portanto efectuada a seguinte questão: *“Tem conhecimento do que é a Desertificação?”*. A quase totalidade afirmou saber o que é a desertificação (95,2%), enquanto 4,8% afirmou desconhecer o tema.

A segunda questão pretendia aferir o meio pelo *“Qual o meio pelo qual tomou conhecimento?”*, tendo sido dadas várias hipóteses de resposta e posteriormente agrupadas nos seguintes grupos: Comunicação Social; Meio Académico; Internet; Comunicação Social e Meio Académico; Comunicação Social e Internet; Comunicação Social, Meio Académico e Internet; e Outros. O que se verificou foi que a Comunicação Social (28,4%), o Meio Académico (31,8) e o conjunto dos dois (36,5%) correspondeu à quase totalidade dos meios pelos quais foi obtido o conhecimento (96,7%).

No entanto, a questão anterior quando cruzada com a terceira questão: *“Relaciona Desertificação com:”*, em que foram novamente dadas diversas hipóteses de resposta, e posteriormente agrupadas em três grupos, correspondendo a “Desertificação”, Despovoamento” e a “Desertificação e Despovoamento”, de acordo com o teor das respostas, o que se verificou foi que de facto, a percentagem de inquiridos com conhecimento sobre o tema Desertificação é significativamente mais reduzida que a referida inicialmente, na primeira questão.

Esta relação permitiu concluir que apenas 41,4% dos inquiridos, e acordo com as respostas às questões anteriores, sabiam de facto o que é a desertificação. Para 14,9% desertificação significa despovoamento e para os restantes 43,7% desertificação tem ambos os significados.

A relação com o meio pelo qual foi tomado conhecimento do tema foi essencial para perceber que quem fez as associações correctas com desertificação, tomou conhecimento, na

sua maioria, exclusivamente, pelo Meio Académico. As associações a despovoamento foram feitas maioritariamente por quem tomou conhecimento do tema pela Comunicação Social. Para quem “desertificação” significa, quer desertificação, quer despovoamento, o conhecimento foi obtido com maior frequência por ambas as fontes, anteriormente mencionadas.

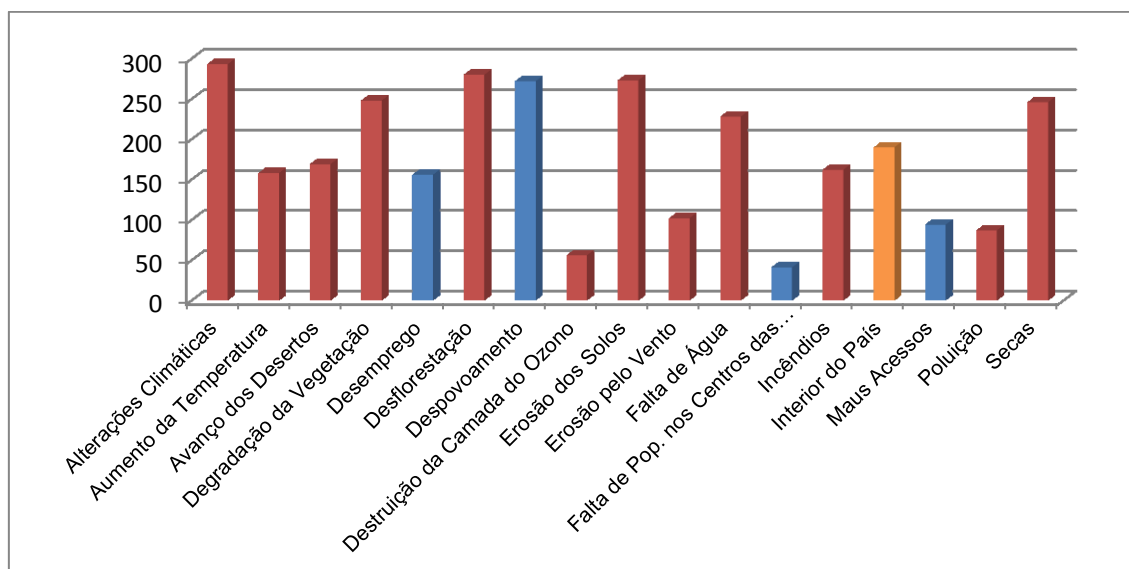


Figura 03 – Número de associações feitas pelos inquiridos a “desertificação”

Na quarta questão, da segunda parte do inquérito por questionário, foi feita a pergunta sobre “Qual a(s) área(s) do país que considera mais afectada(s)?”. Quem associou correctamente desertificação nas questões anteriores, respondeu maioritariamente o Alentejo e Algarve, tendo sido o maior número de respostas para alguns dos concelhos da margem esquerda do rio Guadiana (Figura 04).

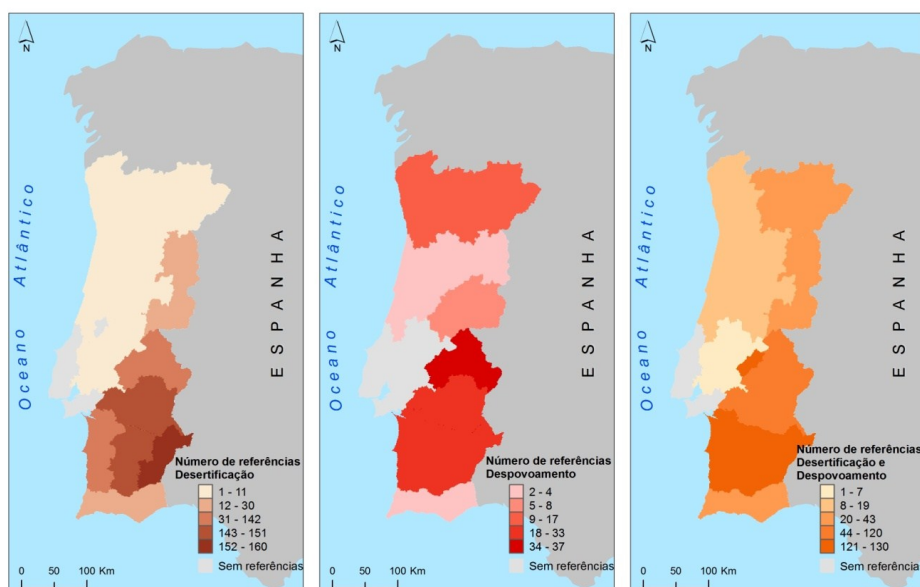


Figura 04 – Distribuição espacial do número de referências, pelos inquiridos, a desertificação, a despovoamento, e a desertificação e despovoamento

Devido à especificidade, e por conseguinte maior dificuldade das questões seguintes, era esperado que as mesmas tivessem um menor número de respostas correctas, que foi o que acabou por se vir a verificar. A quinta questão estava relacionada com o PANCD, neste sentido foi questionado se o inquirido: “*Sabe que existe um Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação?*”. Apenas 14,8% (78) respondeu conhecer, 82,3% (433) não sabia da existência do PANCD e 2,9% (15) não respondeu a esta questão. Querendo aprofundar esta questão, na seguinte questionou-se o inquirido sobre se “*Tem conhecimento de alguma acção deste plano?*”.

As respostas foram agrupadas pelos eixos de intervenção do PANCD anteriormente referidos e o que se verificou, foi que dos 78 inquiridos que responderam “sim” na questão anterior, apenas 56 respostas se enquadravam nos cinco eixos de intervenção do PANCD. Contudo, o maior número de respostas, associado ao “Eixo 2 – Manutenção da população activa nas zonas rurais” foi mencionado na maior parte dos casos pelos inquiridos que, de forma incorrecta, associaram desertificação a despovoamento, estando na base a Comunicação Social como fonte de informação.

Quadro 03 – Respostas por Eixo de intervenção e linhas de acção do PANCD

Eixos de intervenção e linhas de acção	Número de referências	% de referências
Eixo 1 – Conservação do Solo e da água	16	28,6
Eixo 2 – Manutenção da população activa nas zonas rurais	20	35,7
Eixo 3 – Recuperação das áreas mais ameaçadas pela desertificação	9	16,1
Eixo 4 – Investigação, experimentação e divulgação	7	12,5
Eixo 5 – Integração da problemática da desertificação nas políticas de desenvolvimento	4	7,1
Total	56	100

A sétima questão, “*Sabe que Ministério é responsável pela sua aplicação?*”, surge no seguimento das duas questões anteriores, sendo que o que se pretende é que o inquirido refira qual o Ministério responsável pela aplicação do PANCD. Das 158 respostas afirmativas, apenas 38 (7,2%) dos inquiridos respondeu correctamente o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. A maioria dos inquiridos julgava que o PANCD estava sobre a tutela do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

Na oitava questão era pretendido saber se o inquirido “*Tem conhecimento da existência do Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca?*”. 27,9% Respondeu ter conhecimento, como por lapso, não foi pedido para especificar o dia, apenas uma pessoa referiu acertadamente o dia 17 de Junho.

Foi ainda perguntado na última questão se “*Tem conhecimento do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação?*”, questão à qual 9,1% respondeu acertadamente o ano de 2006.

5.2. Levantamento de notícias sobre Desertificação em Portugal

A Comunicação Social, como se verificou anteriormente, foi uma das fontes de informação mais referidas quando se questionou os inquiridos sobre o meio pelo qual tomaram conhecimento do tema desertificação. Verificou-se ainda que quando os inquiridos referiram a

Comunicação Social como fonte de informação, esta estava largamente associada a despovoamento, ou à percepção que os inquiridos tinham em como desertificação e despovoamento são um único conceito. Neste sentido, importa saber que informação é transmitida pela Comunicação Social sobre o tema.

O levantamento de notícias sobre desertificação na Comunicação Social decorreu entre 15 de Janeiro de 2009 e 26 de Julho de 2009 e permitiu reunir e analisar informação de 1315 notícias de 107 fontes de informação diferentes, por um período compreendido entre 02 de Julho de 2001 e 29 de Junho de 2009.

As 1315 notícias analisadas foram agrupadas em quatro grupos diferentes: notícias de jornais nacionais, regionais e *online* 69% (911); notícias em rádios nacionais e regionais 8% (107); notícias de televisões nacionais 7% (91); e notícias em outras fontes 16% (206), como são exemplo os portais e websites governamentais e institucionais.

A leitura destas notícias permitiu concluir que somente 13% (165) das notícias que se referiram a desertificação corresponderam de facto a desertificação. A despovoamento, corresponderam 81% (1072), o significa que estas notícias nada têm a ver com desertificação, mas que o conceito é usado como sinónimo de despovoamento. Foi também feito uso do conceito, referindo-se a desertificação e despovoamento, como um único, em 2% (30) dos casos, sendo que a distinção entre ambos foi feita, de forma incorrecta, recorrendo aos termos “desertificação física” e “desertificação humana” respectivamente. Os restantes 4% (48) correspondem a outros temas que nada têm a ver com os anteriores.

5.2.1. A Desertificação na Comunicação Social

O tema da desertificação começa a ganhar relevância na Comunicação Social no ano de 2005, quando é feita referência pela primeira vez ao ano de 2006 como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação.

Este, foi aliás, o principal motivo pelo qual, em 2006, as notícias sobre o tema tiveram um enorme acréscimo. Para além da divulgação de eventos como conferências, pela Comunicação Social, relativos ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, foi também dada enorme relevância à divulgação do Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação e a Seca (17 de Junho).

No ano de 2007 ambos os temas voltaram a ser referidos, embora em menor número de vezes, contudo verificou-se um acréscimo no número de notícias, de 12% em relação ao ano anterior. O acréscimo deveu-se a eventos relacionados com a desertificação como foi a 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP8), que se realizou em Madrid, Espanha, entre os dias 3 e 14 de Setembro.

Outro evento que mereceu destaque pela Comunicação Social, neste mesmo ano, foi a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Al Gore e ao Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da Organização das Nações Unidas, em que foi feita a associação entre as Alterações Climáticas e a Desertificação e realçada a influência humana nas Alterações Climáticas.

Também relacionada com as Alterações Climáticas, foi a divulgação do Ano Internacional Polar (de 01 de Março de 2007 a 01 de Março de 2009), declarado pelo Conselho Internacional para a Ciência, em cuja associação a desertificação se deveu à diminuição das zonas polares, em contraste com o aumento das zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas.

Por último, quer a atribuição de fundos europeus através do Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007-2013 (QREN), relacionada com o interesse na prevenção de riscos naturais associados à desertificação como são as cheias, erosão e incêndios florestais, quer a atribuição de fundos comunitários através da nova Política Agrícola Comum (PAC), relacionados com situações de escassez de água e secas, foram temas amplamente divulgados durante o ano de 2007.

Em 2008, com um decréscimo de 56% face ao ano anterior, as notícias sobre desertificação faziam apenas referências a datas importantes, no âmbito da realização de conferências sobre desertificação, como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação e o Dia Mundial de Luta contra a Desertificação e a Seca.

Para os primeiros seis meses de 2009 manteve-se a tendência do ano anterior, de divulgação de eventos, referindo datas comemorativas relacionadas com a desertificação.

No geral, os temas abordados para os anos em análise, pela Comunicação Social, incidem sobretudo, na divulgação de eventos alusivos à desertificação, associados a datas importantes neste contexto. Foi ainda demonstrada preocupação relativamente aos riscos de erosão relacionados com as secas e incêndios florestais, e ainda relativamente à gestão agrícola e florestal, nomeadamente a escassez de recursos hídricos e uso da água. Em relação às áreas afectadas, o Alentejo e Algarve, com particular incidência para os concelhos da margem esquerda do rio Guadiana, foram os mais referidos nas notícias (Figura 05).

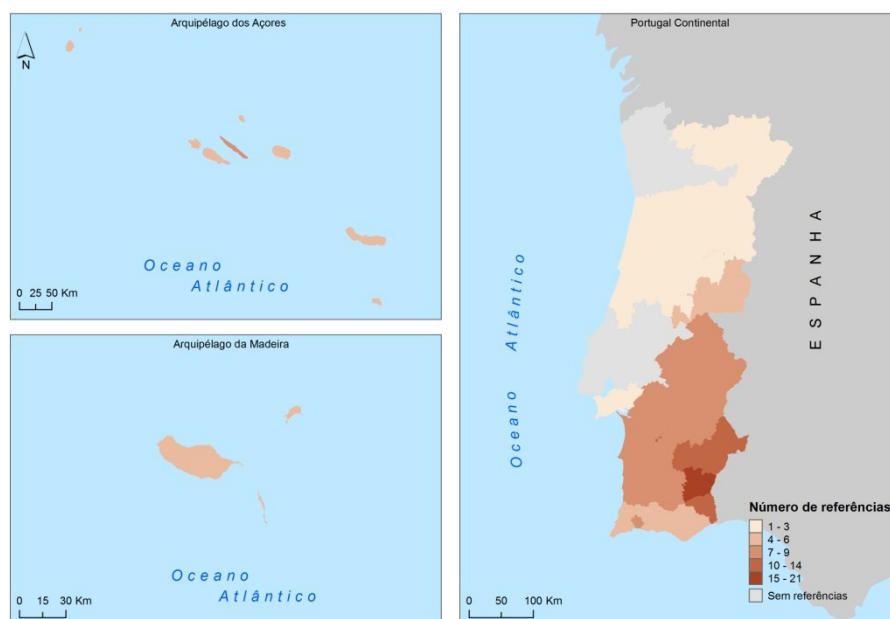


Figura 05 – Distribuição espacial do número de referências a desertificação

5.2.2. O Despovoamento na Comunicação Social

À Semelhança do que se verificou anteriormente, também as notícias que, de forma incorrecta, se referem a despovoamento fazendo um do termo desertificação, começaram a ganhar maior relevância na Comunicação Social a partir de 2005. Este acréscimo deveu-se à divulgação de assuntos relacionados com o despovoamento, aquando das campanhas políticas para as eleições Legislativas e Autárquicas que tiveram lugar nesse ano.

O tema das eleições, serviu aliás de mote para as notícias sobre este assunto ao longo dos anos seguintes. O ano de 2006 foi ano de eleições Presidenciais, em 2007 a tiveram lugar as eleições Legislativas Regionais da Madeira e no ano seguinte as eleições Legislativas Regionais dos Açores. Em 2009 o calendário eleitoral revelou-se bastante intenso, com eleições Autárquicas, Legislativas e Europeias.

No período em análise o conteúdo das notícias no contexto eleitoral ficou marcado por medidas concretas de incentivo à fixação de população e empresas através de reduções de custos fiscais, em particular para as áreas do interior de Portugal Continental. Ao litoral foi dada maior relevância a problemas como o envelhecimento do edificado nos centros históricos das cidades e o seu abandono por parte da população residente.

5.2.3. Desertificação e Despovoamento na Comunicação Social

A necessidade de fazer esta distinção surgiu do facto de na mesma notícia o autor se referir a “desertificação física” quando aborda temas como a degradação dos solos, ou “desertificação humana” em assuntos como o despovoamento.

Em 2005, no Público de 11 de Novembro, o jornalista refere que *“De acordo com Vitor Louro, a agricultura e a desertificação humana também contribuem para a degradação dos solos”*. Já em 2008, no Oeste Online de 15 de Julho, o Presidente da Federação Distrital do PS, Diogo Coelho, durante o congresso da Juventude Socialista revela preocupações *“...sobre o desemprego, o abandono e o despovoamento progressivo do Interior de Portugal mas também do próprio Distrito de Leiria, nomeadamente do norte do distrito, que tem conduzido à perda do potencial biológico dos solos (desertificação física) e de população (desertificação humana)”*.

O que acabou por se verificar foi que por diversas vezes, uma notícia sobre desertificação, acabava por ver o seu contexto alterado com referências a despovoamento. No geral, as preocupações inerentes a estas notícias são a perda de população no interior Norte e Sul de Portugal Continental e a necessidade de renovação de gerações de agricultores, incitando a práticas agrícolas que beneficiem a protecção dos solos.

5.2.4. Outros significados para desertificação na Comunicação Social

A apropriação do conceito de desertificação como referência a um deficit ou inexistência de algo, de uma data anterior, em relação a uma data mais recente, tem revelado uma tendência de crescimento, quer em número de notícias, quer na amplitude da aplicação do uso do termo.

Em 2003, ano em que surgiu a primeira referência a desertificação neste sentido, de acordo com a metodologia aplicada, o tema abordado referia o problema da pedofilia e da indiferença, *“uma das razões que tem levado à desertificação de boa parte da nossa Igreja Católica”*, no jornal Região Sul – Algarve de 28 de Maio.

No ano de 2006, pelo Campeonato Europeu de Atletismo em Gotemburgo, pode ler-se no Diário de Notícias de 15 de Agosto, que esta modalidade *“...nos últimos anos tem sofrido com a «desertificação» de novos valores em pista”*. Um ano mais tarde, no jornal Diário dos Açores de 17 de Fevereiro, Manuel Moniz mostrou a sua indignação afirmando não aceitar *“...que o Governo continue a investir na desertificação da comunicação social das ilhas”*.

Para os últimos dois em análise, apesar do uso do termo para as mais variadas situações, do desporto à política, é dada maior ênfase a questões relacionadas com o comércio. Na baixa do Funchal, o comércio em 2009 estava em quebra, o que *“aos poucos empurra as ruas da baixa do Funchal para a inevitável desertificação”*, como se pode ler no Diário de Notícias de 04 de Abril desse mesmo ano.

O uso da palavra “desertificação” como referência a este tipo de situações de deficit, pelo que foi possível constatar nas notícias analisadas é feito essencialmente por políticos e pessoas ligadas à comunicação social, não tendo sido lida qualquer notícia cujo autor estivesse associado ao meio académico.

6. Ilações Finais

As preocupações ambientais têm aumentado significativamente nas últimas décadas, nomeadamente, as preocupações com a degradação dos solos e consequentemente com a desertificação, devido à expansão das zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas.

Estes problemas suscitaram a atenção de diversas entidades internacionais, com particular destaque para a Organização das Nações Unidas. Na Cimeira da Terra, em 1992, a ONU definiu como prioritário, encontrar solução para o avanço da desertificação, o que levou a CNUCD, em 1994, a definir como objectivo fundamental, alertar a sociedade para este problema, através da disseminação de informação. O meio escolhido para transmitir esta informação foi a Comunicação Social, que teria como público-alvo os representantes políticos, as ONG e a sociedade em geral.

Contudo como foi possível constatar, em Portugal, o uso do conceito de desertificação tem um significado incorrecto na maior parte das situações, quer através do método utilizado através dos inquéritos por questionário, quer pela análise de conteúdo das notícias em fontes de informação nacionais.

Através do método de inquérito por questionário, a relação com desertificação, no verdadeiro sentido do conceito (41,4%), teve como base para a obtenção do conhecimento, fontes ligadas ao meio académico. Quando este conhecimento é obtido através da comunicação social, o que se verifica é uma deturpação do conceito. Nas questões mais concretas, relacionadas com desertificação, a percentagem de inquiridos com conhecimento sobre o tema é significativamente mais reduzida.

Já na informação transmitida na comunicação social sobre desertificação, constatou-se que em apenas 13% dos casos, esta informação se referia de facto a desertificação. E, ao contrário do esperado, de acordo com os objectivos da ONU, de disseminação de informação, só aquando do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação é que o volume de informação aumentou, sendo a tendência actual de decréscimo. Já as notícias que de forma incorrecta se referem a desertificação, têm vindo a aumentar, tal como a apropriação do conceito se tem revelado cada vez mais abrangente, em particular quando é feito uso do conceito por pessoas ligadas à política e à comunicação social. As fontes de informação associadas ao meio académico, regra geral, foram precisas no uso do conceito.

A informação analisada leva a concluir que em Portugal o conhecimento que se tem sobre este problema ambiental é reduzido, havendo portanto todo o interesse em encontrar medidas correctas de disseminação de informação, para uma responsabilização e consciencialização mais abrangentes de todos os problemas inerentes à desertificação.

7. Bibliografia

Cook K (2007) World Climate News: Drought and Desertification in the Sahel. Cornell University, http://www.geo.cornell.edu/geology/faculty/Cook/Sahel_Drought.pdf [Acedido em 22 de Setembro de 2009].

DGOTDU (2006) Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território. Documento de Orientações DO02/2 007, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Diário da República (1999) Resolução do Conselho de Ministros N.º 69/99, de 09 de Julho, Diário da República – Série I-B, N.º 158, emitido pela Presidência do Conselho de Ministros.

Diário da República (2010) Despacho N.º 10849/2010, de 01 de Julho de 2010, Diário da República, 2ª série – N.º 126 <http://dre.pt/pdf2sdip/2010/07/126000000/3589335893.pdf> [Acedido em 25 de Setembro de 2010].

Hare F, Warren A, Maizels, J, Kates R, Johnson D, Haring K, Garduño M (1992) *Desertificação: Causas e Consequências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

UNCCD (1994) Intergovernmental Negotiating Committee for the elaboration of an International Convention to Combat Desertification in those Countries experiencing serious Drought and/or Desertification, particularly in Africa. Resolution on interim arrangement and on urgent action for Africa. United Nations Convention to Combat Desertification, <http://www.unccd.int/convention/history/INCDresolution.php?noMenus=1> [Acedido em 18 de Setembro de 2010].

UNCCD (2006) International Year 2006: Imaging the International Year of Deserts and Desertification. United Nations Convention to Combat Desertification <http://www.unccd.int/publicinfo/iyddlogo/menu.php> [Acedido em 19 de Setembro de 2010].

UNCCD (2008a) Status of Ratification and Entry into Force. United Nations Convention to Combat Desertification, <http://www.unccd.int/convention/ratif/doiif.php> [Acedido em 18 de Setembro de 2010].

UNCCD (2008b) Update on Ratification of the UNCCD. United Nations Convention to Combat Desertification, <http://www.unccd.int/convention/ratif/ratification.pdf> [Acedido em 18 de Setembro de 2010].

UNCCD (2009a) The Convention. United Nations Convention to Combat Desertification. <http://www.unccd.int/convention/menu.php> [Acedido em 17 de Setembro de 2010].

UNCCD (2009b) Important Dates. United Nations Convention to Combat Desertification, <http://www.unccd.int/knowledge/importantDates.php> [Acedido em 17 de Setembro de 2010].

UNCOD (1978) Round-up, Plan of Action and Resolutions. United Nations Conference on Desertification. United Nations, New York. <http://infoserver.ciesin.org/docs/002-478/002-478.html> [Acedido em 18 de Setembro de 2010].

United Nations (1994) Elaboration of an International Convention to Combat Desertification in Countries experiencing serious Drought and/or Desertification, particularly in Africa. Intergovernmental Negotiating Committee for the Elaboration of an International Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa. General Assembly, <http://www.unccd.int/convention/text/pdf/conv-eng.pdf> [Acedido em 18 de Setembro de 2010].

United Nations (2004) 58/211. International Year of Deserts and Deserts and Desertification, 2006. Resolution adopted by the General Assembly, United Nations Convention to Combat Desertification, http://www.unccd.int/IYDD/documents/A_RES_58_211_eng.pdf [Acedido em 19 de Setembro de 2010].

United Nations (2005) Status of preparations for the International Year of Deserts and Desertification, 2006. Report of the Secretary-General, United Nations Convention to Combat Desertification, <http://www.unccd.int/IYDD/documents/SG%20english.pdf> [Acedido em 19 de Setembro de 2010].

World Resources Institute, Bledzki L (2005) Ecosystems and Human Well-being: Desertification Synthesis. Encyclopedia of Earth. Eds. Cutler J. Cleveland (Washington, D.C.: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment), [http://www.eoearth.org/article/Ecosystems_and_Human_Well-being:_Desertification_Synthesis_\(full_report\)](http://www.eoearth.org/article/Ecosystems_and_Human_Well-being:_Desertification_Synthesis_(full_report)). [Acedido em 16 de Setembro de 2010].